

FICHA TÉCNICA Nº 6

CUSTOS SIMPLIFICADOS

Aprovada no dia 13/07/2020 por consulta escrita ao Comité de Acompanhamento. **Estas regras de elegibilidade serão aplicáveis a todas as validações assinadas pelas entidades beneficiárias a partir do dia 1 de agosto de 2020 (inclusive).**

1. NORMATIVA

- ✓ Regulamento (UE) nº 1303/2013
- ✓ Regulamento (UE) nº 1299/2013
- ✓ Regulamento (UE, Euratom) nº 2018/1046

Outros documentos:

- ✓ Orientações sobre as opções de custos simplificados (EGESIF_14-0017)

O Comité de Acompanhamento dos programas de CTE pode decidir sobre a aplicação de algumas das opções de custos simplificados que estabelece o Regulamento (UE) nº 1303/2013 (financiamento por taxa, tabelas normalizadas de custos unitários e montantes fixos), como alternativa à justificação da despesa com base no custo real.

As vantagens da sua utilização são essencialmente três:

- ✓ Reduzir a sobrecarga administrativa
- ✓ Reduzir a taxa de erro
- ✓ Concentrar os recursos humanos na consecução dos objetivos, e não na justificação da despesa.

Recomenda-se a sua utilização nas categorias de despesa com montantes relativamente baixos e cuja verificação não é muito difícil.

Unicamente se podem aplicar em caso de subvenções e ajudas reembolsáveis, excluindo as ações executadas através da contratação. No entanto, se o próprio beneficiário executa um projeto (controlando plenamente a sua gestão e execução), as opções de custos simplificados podem ser aplicadas embora se subcontratem algumas das categorias de despesa, tais como a limpeza, a assessoria externa, a aquisição de mobiliário, etc.

2. SIMPLIFICAÇÃO DE CUSTOS NO POCTEP

As opções de simplificação dos custos a utilizar no POCTEP 2014-2020 serão obrigatórias para todos os beneficiários do Programa e serão aplicadas a todas as operações aprovadas.

Distinguem-se duas opções:

- 1) Montantes fixos para o cálculo dos custos indiretos
- 2) Taxa horária para o cálculo dos custos de pessoal

As opções devem ser aplicadas às despesas elegíveis, tanto do ponto vista dos Fundos EIE como dos auxílios de estado / minimis.

A. MONTANTE FIXO PARA CUSTOS INDIRETOS

De acordo com o artigo 68.1 b) do Regulamento (UE) nº 1303/2013, para calcular os **custos indiretos** é aplicada uma taxa fixa de 15% dos custos elegíveis diretos com pessoal.

Para o seu cálculo, e tal como estabelece o documento EGESIF_14-0017, existem três tipos de categorias de custo:

TIPO 1: categorias de custos elegíveis, com base nas quais a taxa deve ser aplicada para calcular os montantes elegíveis;

TIPO 2: categorias de custos elegíveis que serão calculados usando a taxa fixa;

TIPO 3: categorias de custos elegíveis nas quais não se lhes aplica a taxa, e não se calculam usando a taxa fixa.

Neste sentido, as categorias de despesa a utilizar no POCTEP 2014-2020 estão classificadas da seguinte forma:

TIPO	DIRETO / INDIRETO	CATEGORIA DE CUSTO
TIPO 1	Direto	Custos de Pessoal
TIPO 2	Indireto	Despesas com instalações e administrativas;
TIPO 3	Direto	Deslocações e alojamento
TIPO 3	Direto	Peritos e serviços externos
TIPO 3	Direto	Despesas de equipamento.

Os **custos diretos** são todos os custos que estão diretamente relacionados com a execução de algumas das atividades do projeto, sendo que a ligação ao projecto pode ser demonstrada.

Entende-se por **custos indiretos**:

- ✓ Os custos que não podem ser directamente relacionados com a execução de alguma das atividades do projeto ou cujo vínculo não permite uma quantificação exata da imputação da despesa (tais como o telefone, água, eletricidade, etc.)
- ✓ Os custos que estão relacionados com as funções próprias a cada entidade, que se desenvolvem independentemente da existência ou não do projeto e para os

quais, tendo em conta a sua natureza, não se pode demonstrar o seu carácter adicional: despesas administrativas ou de pessoal de gestão, contabilidade, salários, seleção de pessoal, etc.

O **cálculo dos custos indiretos** efectua-se da seguinte maneira:

*Despesas com instalações e administrativas = 15 % * Custo de pessoal elegível*

A proposta implica que:

- Todas as despesas de pessoal incluídas na categoria "Custos de Pessoal" devem corresponder ao pessoal direto, as despesas de pessoal indireto não podendo ser imputadas. Podem ser justificadas tendo por base o custo real, exceto para o pessoal certificado segundo o método da tarifa horária.
- Todas as "Despesas com instalações e administrativas" serão consideradas custos indiretos.
- Todos os custos indiretos estão indicados na tipologia de "Despesas com instalações e administrativas", e serão certificados à medida que se va justificando os custos de pessoal, na mesma proporção.
- As categorias de "Deslocação e alojamento", "Peritos e serviços externos"; bem como "Despesas de equipamento" (que se executem na sua maioria mediante contratação), justificam-se tendo por base o custo real, não se lhes aplica a taxa, e não se calculam usando a taxa fixa.
- Reduz-se o risco de dupla imputação das despesas como custos diretos e indiretos.

As despesas que se podem incluir em cada categoria de custo estão desenvolvidas nas fichas técnicas que formam parte das regras de elegibilidade do POCTEP.

B. CUSTOS DE PESSOAL DIRETO A TEMPO PARCIAL COM UM NÚMERO FLEXÍVEL DE HORAS POR MÊS

De acordo com o artigo 68.2 bis, apartados 2 e 4 do Regulamento (UE) nº 1303/2013, do artigo 3.6.ii) do Regulamento Delegado (UE) nº 481/2014, os **custos de pessoal direto a tempo parcial que dediquem ao projeto um número flexível de horas por mês**, são calculados de acordo com o estabelecido na regra 01_Ficha_técnica_1_Pessoal.